

**Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor -
CTPD**

Ata da 30ª Reunião Ordinária de

Data: 11/02/2015

Local: Auditório - CASS

Membros Titulares e Suplentes presentes: Daniel Mancebo (SMU/CGPU/CMP); Claudia Muricy (SMU/CGPU/CMP); Wanderson Corrêa (SMU/CGPU/CMP); Mônica Bahia Schlee (SMU/CGPU/CMP); Eduardo Andrade (SMU/CGPU/CMP); Rosana Motta (SMU/CGPU/CMP); Marcelo Fonseca (SMU/CGPIS); Maria do Carmo (SMU/CGPE); Gracira Silveira (SMAC); Marcos Valente (SMAC); Georgiane Costa (Rio-Águas); Ricardo Neiva (GEO-RIO); Paula Merlino (IRPH); Henrique Mendes (CET-Rio); Arnaldo Filho (CET-RIO); Rosane Lopes (SMH); Maria Teresa Dias (CAU); Alix Gabriel (CDURP); Luís Fernando Valverde (IPP); Elvira Rossi (RIOURBE); Leonardo Paiva (RIOURBE); Davi Becker (Defesa Civil); Ana Luíza Almeida (CVL); Maria Luiza Korenchender (SMU/CGPU/CPL); Luis Gabriel Denadai (CGPU/CPL); Christiane Oliveira (CGPU/CPL); Julio Cesar Jucá(SMAC/CTBDBS); Gabrielle Guimarães (CRI/GBP); Cid Blanco JR. (ONUHABITAT).

A reunião foi iniciada às 10:30 horas.

Assuntos tratados:

Daniel (CMP) inicia a reunião e informa que ela tratará da Habitat III – 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável e contará com a presença de Gabrielle Guimarães, Assessora-Chefe de Planejamento e Gestão da Coordenação de Relações Internacionais (CRI) da Prefeitura do Rio de Janeiro, e Cid Blanco, do Escritório da ONU Habitat para a América Latina, situado no Rio de Janeiro.

Daniel (CMP) faz a leitura da ata da 29ª Reunião do CTPD, que foi aprovada pelos membros presentes.

Daniel (CMP) informa que, tal como determinado na 29ª Reunião, foi encaminhado ofício à Procuradoria Geral do Município perguntando o parecer do órgão quanto a constitucionalidade do Estatuto das Metrôpoles.

Gabriele (CRI) inicia a sua apresentação relatando que a Coordenação de Relações Internacionais é um órgão meio, que tem como atribuição fazer articulações entre os diversos órgãos da Prefeitura e entes internacionais e indicar demandas para projetos de cooperação internacional. Ele busca trazer boas práticas que possam ser utilizadas no Rio de Janeiro, divulgar internacionalmente as boas práticas realizadas pela Prefeitura do Rio e auxiliar na captação de recursos com instituições de fomento entre outros.

Gabriele (CRI) apresenta um histórico sobre as Conferências da ONU sobre assentamentos humanos: a 1ª Conferência ocorreu em 1976 em Vancouver, Canadá e teve como resultado um Plano de Ações, que continha recomendações para melhoria da qualidade de vida urbana a serem adotadas voluntariamente pelos países membros da ONU. A 2ª Conferência ocorreu em 1996 em Istambul, Turquia. Seu foco foram o direito à cidade (discussão latino-americana) e à moradia adequada e a valorização da importância do poder local como principal agente de mudanças.

Cid (ONU-Habitat) acrescentou que na 1ª Conferência surgiu a ONU Habitat, o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, para tratar do tema de forma contínua; na 2ª Conferência o Brasil ganhou destaque pela ênfase dada ao tema “Direito à Cidade”.

Gabriele (CRI) salienta o papel de destaque do Brasil ao apresentar os programas de urbanização de favelas (Favela-Bairro) e orçamento participativo (ambos premiados).

Cid (ONU-Habitat) enfatiza ainda que a representação das delegações presentes nas Conferências se dá por meio dos países membros da ONU. Governos locais, movimentos populares e academia costumam participar de eventos paralelos.

Gabriele (CRI) informa que a 3ª Conferência será em 2016 em Quito, Equador; quando será avaliado o progresso dos compromissos na conferência anterior e serão traçados novos objetivos. A Prefeitura do Rio de Janeiro está participando do Grupo de Trabalho organizado pelo Governo Federal (Ministério das Cidades) que está tratando da representação nacional nessa conferência.

Cid (ONU-Habitat) destacou algumas contribuições que a Prefeitura do Rio de Janeiro poderia dar: participação nos eventos preparatórios; contribuição ao relatório nacional; articulação com outras prefeituras; e divulgação de ações e projetos locais.

Gabriele (CRI) informa que serão realizadas 3 ou 4 conferências preparatórias. A próxima (2ª

Reunião) será realizada em Nairobi e a 3ª em Jacarta.

Gabriele (CRI) observa que, em prosseguimento às discussões de 1996, a expectativa do novo encontro se direciona para a discussão da urbanização sustentável, lembrando que a agenda de desenvolvimento sustentável estrapolou o âmbito das discussões relacionadas exclusivamente à agenda ambiental em direção à agenda urbana.

Gabriele (CRI) informa que o relatório nacional está sendo preparado sob a coordenação do IPEA e sua estrutura abrangerá questões demográficas e indicadores; ordenamento territorial; meio ambiente e urbanização; economia urbana, moradia e serviços básicos. Além disso, estão sendo feitas consultas sobre as diversas realidades urbanas regionais. Estas informações regionalizadas serão registradas em relatórios regionais.

Gabriele (CRI) indica a plataforma participa.br, onde cada cidadão pode ter acesso ao processo e enviar suas contribuições.

Gabriele (CRI) informa que a Coordenação de Relações Internacionais (CRI) tem como atribuição congregar os diversos órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro e a divulgar projetos e ações locais que tenham potencial para serem levados como exemplos de boas práticas e replicados internacionalmente. Para tanto, a CRI está promovendo uma consulta on line aos órgãos da Prefeitura.

Rosane (SMH) pergunta como os órgãos podem se inserir nesta discussão, além das respostas ao questionário on line.

Gabriele (CRI) se disponibiliza a fazer reuniões específicas com os órgãos interessados em participar mais ativamente do processo.

Valverde sugere articulação com o CIGG de Desenvolvimento Sustentável para estudar formas de atuar conjuntamente.

Daniel (CMP) argumenta que o CTPD também pode contribuir bastante neste processo.

Leonardo (RIOURBE) questiona o foco nas áreas urbanas e Teresa (SMU/CAU) indaga se o foco são áreas urbanas ou urbanizadas.

Cid (ONU-Habitat) menciona a pressão pelos países africanos para inclusão de áreas rurais no âmbito das discussões da ONU Habitat.

Claudia (CMP) questiona o fato do relatório ser montado em cima de melhores práticas e não do reconhecimento dos problemas e desafios.

Cid (ONU-Habitat) considera importante apontar também os problemas e salienta que o relatório será um documento de posicionamento nacional, regional e local.

Davi (Defesa Civil) retorna à discussão da interface campo-cidade e considera que grande parte dos problemas urbanos e metropolitanos têm origem no campo.

Cid (ONU-Habitat) informa que este tópico, com certeza, fará parte da próxima reunião preparatória.

Marcelo (CGPIS) considera que ênfase na questão das mudanças climáticas é oportuna e deveria ser ampliada.

Cid (ONU-Habitat) informa que a nova agenda urbana que vem sendo discutida inclui as questões resiliência, sustentabilidade, inclusão e conectividade. E também a legislação e o financiamento de cidades, de forma a aprofundar as discussões de 1996.

Maria do Carmo (SMU/CGPE) pergunta como o programa MCMV está sendo considerado, como boa ou má prática.

Eduardo (CMP) pergunta se a hierarquia de prioridades habitação, saneamento e mobilidade será mantida.

Cid (ONU-Habitat) considera que as realidades mundiais são muito diferentes em relação à moradia, água, esgoto e transporte.

Monica (CMP) considera necessário ampliar o conceito de conectividade de forma a considerar não apenas questões relacionadas à mobilidade urbana, mas também a outras formas de conectividade (institucional, ambiental, de governança e gestão, etc).

Valverde (IPP) considera que o modelo brasileiro de produção habitacional contribuiu para o

espraiamento das cidades e que a política urbana deve ser mais inclusiva. Continua-se reproduzindo as condições de segregação, continua-se reproduzindo a urbanização de favelas porque continua-se a reproduzir favelas.

Cid (ONU-Habitat) observa que o papel do relatório é de avaliação do que foi feito desde 1996, dos entraves, das boas experiências e dos novos desafios que se estabeleceram desde então.

Valverde (IPP) convida a todos para a apresentação do Plano Rio + Resiliente, que divulgará as ações da Prefeitura para enfrentar e reagir a desastres relacionados às mudanças climáticas.

ENCAMINHAMENTOS:

A Coordenação do CTPD encaminhará aos membros do Comitê o questionário formulado pela Coordenação de Relações Internacionais.